Informe Ambiental

FIESP CIESP Informativo Ambiental do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

Edição 107 | Julho de 2015

cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br | twitter.com/FiespAmbiental | 11 3549 4675 - 11 3649 4237

Ministra do Meio Ambiente fala sobre proposta do Brasil para COP21 alinhada com posição da Fiesp

Izabella Teixeira reconhece contribuição da indústria paulista e relata avanços da negociação internacional para um acordo do clima

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participou no dia 29 de julho de reunião conjunta do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) e do Comitê de Mudança do Clima da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A ministra elogiou o trabalho da Fiesp em relação às propostas para a Conferência das Partes do Clima (COP21), a ser realizada em Paris de 30 de novembro a 11 de dezembro, e explicou o andamento da preparação brasileira para a reunião.

Izabella Teixeira fez um relato sobre consulta informal feita em Paris a ministros do meio ambiente, na preparação para a COP21.

No caso do Brasil, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDCs) precisam avançar além do que já foi conquistado, disse a ministra, que lembrou que nenhum outro país no mundo reduziu tanto suas emissões de carbono quanto o Brasil. O nosso ativo florestal, resultante do combate ao desmatamento até 2014 (mais de 650 milhões de toneladas de CO^2 equivalente), deve ser creditado como contribuição nacional à redução das emissões globais. Ela destacou também a posição única do Brasil na capacidade de atingir o equilíbrio entre energia de fontes fósseis e não fósseis. "O Brasil é o único país do mundo em condição de ter matriz 50/50", afirmou.

Posições alinhadas

A posição brasileira para a COP21 está alinhada aos interesses da indústria. A opinião de Nelson Pereira dos Reis – diretor do Departamento de Meio Ambiente (DMA) e integrante do Comitê de Mudança do Clima da Fiesp – se pauta na interlocução estabelecida com o governo, que incentiva o setor produtivo a apresentar suas demandas ao Ministério do Meio Ambiente para que elas sejam integradas ao debate internacional. "Há uma sensibilidade não só no MMA, mas também no Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI) e no Ministério de Relações Exteriores (MRE). Nós temos um longo caminho a percorrer para se chegar a uma economia de baixo carbono, o que é irreversível", avaliou.

Reis sinaliza, no entanto, que esse percurso deve ser estruturado para que não haja perda de competitividade. Assim, é fundamental assegurar o financiamento para o acesso à tecnologia a fim de promover as mudanças necessárias.

Outro fator essencial à indústria, no âmbito das discussões da COP21, é a precificação do carbono. A ministra se absteve de comentar este tema em profundidade, ainda em fase de debate no Ministério da Fazenda. Em diálogo com a ministra, Reis afirmou que a indústria não aceita que o modelo que está sendo construído comporte cobrança de taxa.

Walter Lazzarini, Presidente do Cosema, enfatizou a importância de se buscar cada vez mais a aproximação entre o setor privado e o governo. "Entendemos que é fundamental, cada vez mais, termos esse trabalho conjunto entre setor público e setor privado, somando nossas experiências acumuladas e que são distintas".

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante reunião na Fiesp.

Delegação da Fiesp participa das negociações em Bonn

Página 02

Posicionamento da Fiesp sobre o novo acordo de mudanças climáticas

Página 03

CAIP debate nova resolução sobre Logística Reversa

Página 03

Expectativa para Paris é que o futuro acordo seja positivo

A ministra também se mostrou otimista. Disse que vê os Estados Unidos mais engajados do que nunca, na busca por um acordo, apesar das grandes dificuldades para conseguir no Congresso norte-americano a aprovação de um acordo legalmente vinculante.
Izabella Teixeira destacou, como pontos de forte discussão, o custo da adoção de um possível acordo do clima, a aprovação de um acordo legalmente vinculante e os meios de implementação desse acordo, o que vai requerer transferência de tecnologia entre os países. E há um grande gargalo, o do arranjo de financiamentos do Fundo Verde, que prevê aporte de US$ 100 bilhões por ano até 2020, mas que conta hoje com apenas US$ 10 bilhões por ano.
Os países defendem diferentes formas para assegurar os recursos para pagar a conta de um acordo do clima.

Vantagem competitiva

Izabella Teixeira defendeu durante a reunião que o Brasil use a seu favor a proteção ambiental. "É uma vantagem que temos", disse. "O Ministério das Relações Exteriores começa a prestar atenção nisso." A ministra lembrou que o Brasil é campeão de biodiversidade no planeta e falou sobre prós e contras do chamado "protecionismo verde", a apropriação do tema pela agenda comercial, de tecnologia e de financiamento.
Para Isabella Teixeira, as discussões em torno do novo acordo não integram apenas uma agenda de desenvolvimento sustentável, e não se circunscreve somente ao seu Ministério, mas trata-se de uma geopolítica do desenvolvimento.
A ministra também enfatizou as possibilidades de negócios decorrentes de um acordo do clima e elogiou o setor privado, que "se movimenta com robustez".

Fonte Agência Indusnet Fiesp- editado.

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Nelson Pereira dos Reis, Izabella Teixeira, João Ometto e Walter Lazzarini, durante reunião na Fiesp.

Delegação da Fiesp participou das negociações mundiais do clima, em junho, em Bonn

Reunião prévia foi realizada para organizar e fazer avançar os temas que resultarão no novo acordo a ser assinado em Paris, na COP21

A Fiesp participa desde 2009 das Conferências Climáticas Mundiais, quando se deu a assinatura do Acordo de Copenhague, negociado pelos Estados Unidos, China, Brasil, Índia e África do Sul, entre outros países, mas que não resultou em consenso à época. Desde então a Fiesp integra a delegação brasileira, chefiada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), com o intuito de compreender como se dão as negociações e seus reflexos futuros para a indústria brasileira.
Para tanto foi criado um Comitê de Mudança do Clima, composto por membros dos departamentos da Fiesp envolvidos com o tema.
Foi o que ocorreu de 1 a 11 de junho deste ano, durante reunião prévia da Convenção do Clima, ocorrida em Bonn, na Alemanha, que teve aproximadamente 4.000 participantes. O objetivo deste encontro foi organizar e avançar os temas que resultarão no novo acordo a ser assinado, em Paris, no final deste ano, na COP21 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCC).

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Comitê de Mudança do Clima da Fiesp

Documento de propostas da Fiesp para o novo acordo sobre a Convenção

A Fiesp entregou, em 22 de maio, ao Ministério das Relações Exteriores, documento contendo suas propostas para o novo acordo de mudança do clima. O objetivo foi dar contribuições do setor industrial para as discussões globais, em Paris.
Entre os pontos de atenção da indústria, as medidas futuras a serem adotadas não podem comprometer sua competitividade, e o novo acordo deve conter mecanismos de mercado, promovendo fontes de financiamento e acesso a tecnologias de baixa emissão. Outro ponto se refere às ações unilaterais de mitigação, adaptação, tecnologia, inovação, capacitação e financiamento que não devem resultar em restrições ao comércio internacional.

Elementos para o novo acordo de mudança do clima

Posicionamento da Fiesp (COP21)

1. Contribuições nacionalmente determinadas (iNDCs) que o Brasil pretende adotar

As iNDCs brasileiras devem refletir um determinado volume de redução de emissões para o conjunto da economia brasileira (economy wide), levando em conta a capacidade nacional e pautada pelo princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Deve ser preservado um formato flexível de contribuição nos moldes da proposta de enfoque de diferenciação concêntrica, apresentada pelo Brasil em outubro de 2014 e durante a COP-20.

A proposta brasileira de iNDCs deve contemplar ações de adaptação à mudança do clima, além de mitigação, e outras ações que preparem o País para enfrentar eventos meteorológicos extremos.

2. Ações de mitigação e o perfil da matriz energética brasileira

O reconhecimento de ações antecipadas de mitigação (early actions), realizadas no período entre 2010 e 2020, bem como a grande participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira, deve pautar a atuação do Brasil na negociação do novo acordo.

As ações oriundas do combate ao desmatamento até 2014 resultaram em redução de emissões de mais de 650 milhões de toneladas de Co^{2eq}. Esse ativo florestal deve ser contabilizado como contribuição do Brasil à redução das emissões globais. Da mesma forma, é imprescindível que as ações de restauração decorrentes do Novo Código Florestal, que promoverão o incremento no sequestro de carbono, sejam consideradas na composição das iNDCs brasileiras.

3. Mecanismos de mercado de carbono no novo acordo

É fundamental que o acordo estabeleça mecanismos de flexibilização de mercado como forma de promover a redução de emissões custo-efetivas, independentemente do seu formato.

É relevante que as iNDCs brasileiras explicitem que se poderá recorrer a mecanismos de mercado para incentivar e promover reduções de emissão e sumidouros de carbono.

A criação de taxas sobre a emissão de carbono é inaceitável e incompatível com mecanismos de mercado, qualquer que seja o grau de ambição e o formato do acordo.

4. Transferência de tecnologia e financiamento

O novo acordo deverá conter mecanismos, em especial de financiamento, que promovam a transferência e o desenvolvimento de novas tecnologias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para fomentar a redução de emissões. No contexto do novo acordo, devem ser reforçados os programas de cooperação Sul-Sul.

O aporte de recursos financeiros internacionais oriundos do Green Climate Fund (ou de outras fontes) e novas tecnologias são essenciais para que o Brasil possa se adaptar à mudança do clima e enfrentar eventos meteorológicos extremos.

5. Ações unilaterais, bilaterais e barreiras ao comércio

Ações unilaterais de mitigação, adaptação, tecnologia, capacitação e financiamento não devem resultar em restrições arbitrárias e injustificadas ao comércio. O novo acordo deve ter cláusula expressa que coíba barreiras ao comércio decorrentes de eventuais medidas adotadas com vistas à sua implementação.

O texto está disponível em: http://goo.gl/4Tkxak

Fonte: Agência Indusnet Fiesp - Solange Sólon Borges

Mais de 70 sindicatos debatem, na CAIP, nova resolução que trata de logística reversa em São Paulo

A Câmara Ambiental da Indústria Paulista (CAIP) da Fiesp se reuniu nos dias 7 e 31 de julho para avaliar as consequências ao setor industrial paulista mediante a publicação da Resolução SMA nº 45/2015, de junho deste ano e já em vigor, promulgada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

A Resolução define diretrizes, penalidades e obrigações para implementação e operacionalização da responsabilidade pós-consumo no Estado de São Paulo, que se refere à Logística Reversa. Ela substitui as Resoluções SMA nº 38/2011, nº11/2012 e nº 115/2013, que tratavam de produtos sujeitos a logística reversa no estado. A Resolução foi amplamente debatida e os membros da CAIP observaram, entre outras, questões relacionadas à operacionalização de alguns produtos ligados ao sistema de logística reversa, além do tratamento isonômico entre os diversos atores relacionados à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, que é pré-requisito para implementação e operacionalização da logística reversa e, ainda, a necessidade de compatibilização de alguns dispositivos da legislação estadual (Lei estadual 12.300, de março de 2006), com o estabelecido na Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS) e também a competitividade dos produtos paulistas.

Essas preocupações foram levadas a conhecimento da Secretária de Meio Ambiente, Patrícia Faga Iglecias Lemos, em reunião ocorrida em 20 de julho, a qual abriu canal de interlocução entre as entidades e determinou a continuidade da discussão com vistas ao esclarecimento e, porventura aperfeiçoamento da referida Resolução, com o responsável na Secretaria de Meio Ambiente pelo tema, José Eduardo Ismael Lutti, Coordenador de Parques Urbanos.

Fonte Agência Indusnet Fiesp – editado.

Oficina de capacitação na Fiesp aborda mitigação de emissões de gases de efeito estufa

Objetivo foi demonstrar construção de cenários possíveis para os setores industrial e energético

Opções de mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em setores-chave, no Brasil, foram o foco de oficina de capacitação, realizada no dia 30 de julho na Fiesp, com especialistas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Tratou-se de metodologia para "Mapeamento de Tecnologias de Baixo Carbono" e "Construção de Cenários de Baixo Carbono" nos segmentos industrial e energético.

O treinamento integrou as ações de projeto que mobiliza 11 setores-chave, bem como ministérios com vistas ao esforço do país quanto a mudança climática, na indústria, energia, transportes, edificações, LULUCF (Uso da Terra, Mudança de Uso da Terra e Florestas), gestão de resíduos e outras alternativas intersetoriais. O projeto está sendo implementado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Segundo Régis Rathmann, do MCTI, as opções de mitigação auxiliam na identificação de seus respectivos potenciais e custos quantificados a fim de minimizar incertezas.

Rathmann detalhou os três componentes avaliados, na oficina:

1 – opções de mitigação identificadas e seus respectivos potenciais e custos quantificados para os períodos 2012-2035 e 2036-2050.

2 – análise integrada das diferentes opções de mitigação em estrutura de otimização integrada, considerando a não-aditividade das diferentes opções e outras considerações econômicas; e avaliação dos possíveis impactos dos custos de abatimento e diferentes políticas climáticas sobre a economia brasileira.

3 – capacitação de instituições, governo federal, estaduais e cidades-sede da Copa do Mundo 2014, bem como organizações da sociedade civil para implementação de ações de mitigação de emissões de GEE em setores-chave da economia.

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Oficina sobre mitigação de emissões de GEE, realizada na Fiesp.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp-editado.

Governador do Conselho Mundial da Água apresenta na Fiesp a 8ª edição de Fórum que será sediado no Brasil em 2018

Fórum Mundial da Água terá Brasília como cidade-sede

Na reunião de diretoria do DMA, Newton Azevedo, governador do Conselho Mundial da Água (WWC- Water World Council) destacou a importância da vinda do evento para a América do Sul, pois promoverá discussões e mobilizações em vários países, fortalecendo a matéria água nas agendas políticas dessa região.

O evento ocorre a cada 3 anos, reunindo especialistas, usuários, empresas, governo, líderes e inovadores regionais, para, de forma conjunta, compartilharem problemas e soluções relacionadas aos recursos hídricos, o que originou o tema do Fórum de 2018: Compartilhando Água.

"O Fórum Mundial da Água deverá avançar nos objetivos do Conselho Mundial da Água e da comunidade mundial da água, abordando um número ilimitado de questões desafiadoras do tema e deve fazer isso facilitando e promovendo uma discussão multifacetada e um debate aberto para todos os interessados antes e durante o Fórum", destacou Newton Azevedo.

Ao longo do fórum haverá "eventos gêmeos" em várias cidades de forma a promover os resultados do 7º Fórum Mundial da Água 2015, objetivos pós 2015 das Nações Unidades para a América Latina, entre outros, culminando com a elaboração da "Carta Regional" de intenções sobre a mudança na gestão da água daquela região e proposta de ações inovadoras para sua preservação.

ÁGUA NA MEDIDA

Saiba como colaborar com a redução do consumo de água em: www.fiesp.com.br/agua-na-medida

Parceria com o IBAMA, a FIESP e o CIESP capacita 159 Empresas no preenchimento do Cadastro Técnico Federal

Diversos profissionais das indústrias ainda têm dúvidas de como preencher o Cadastro Técnico Federal - CTF e ter suas atividades regularizadas junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Para abordar esse tema e tirar dúvidas do setor industrial e de empresas que tenham esta necessidade, a FIESP e o Ciesp por meio de sua Diretoria de Meio Ambiente, em parceria com o IBAMA desde fevereiro deste ano estão promovendo Treinamentos em diversas diretorias regionais do Ciesp.

No primeiro semestre, o treinamento foi realizado em 5 (cinco) regionais do Ciesp (Oeste na RMSP, Guarulhos, Diadema, Jundiaí e Sorocaba) onde houve a participação de 168 profissionais de 159 empresas e há a expectativa de dobrar este número até o final do ano, contando com mais 6 (seis) treinamentos previstos.

O Cadastro Técnico Federal faz parte da lei 6.938/1981 que trata da Política Nacional de Meio Ambiente. Os dados informados pelas empresas nesse cadastro servem para dar subsídio às ações de controle, fiscalização, licenciamento e gestão ambiental dos órgãos do Meio Ambiente. O treinamento aborda os dois tipos de cadastro, os que exercem Atividades de Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF AIDA), que são os consultores ambientais ou trabalhos de engenharia, por exemplo, e os de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP), que são, por exemplo, as indústrias de transformação que exerçam atividades que tenham algum potencial de poluição ou seja que oferecem risco ao meio ambiente, como siderurgia, metalurgia ou extração ambiental, entre outros.

Segundo representante do Núcleo de Qualidade Ambiental do IBAMA, Bruno Buyz, a legislação federal é extensa e gera muitas dúvidas entre os empresários e profissionais para sua aplicação. "Com o CTF, podemos fiscalizar e controlar as atividades potencialmente poluidoras em todo o país, como por exemplo, extração irregular dos recursos naturais ou se uma determinada empresa está emitindo gases acima do permitido pela Política Nacional de Meio Ambiente", explica. Reforça ainda que o CTF se trata de uma obrigação legal, assim como o preenchimento anual dos respectivos relatórios e não é um processo de licenciamento ambiental.

Durante o treinamento, os profissionais do IBAMA explicam como fazer esse cadastro e a aplicação de toda a legislação vigente.

Os profissionais abordam também a necessidade de se entregar o relatório anual, contendo as informações das atividades realizadas pela empresa durante o ano.

No último treinamento na regional de Sorocaba, a Diretora Adjunta de Meio Ambiente do Ciesp Márcia Serra, destacou "O Ciesp sempre procura trazer palestras e informações pertinentes de atualização aos profissionais". Para o Ciesp esse tipo de treinamento traz aos associados e ao público em geral as ferramentas para o cumprimento das exigências legais e oportunidade para facilitar o entendimento e aplicação dos conceitos técnicos e legais de forma mais simplificada.

Aconteceu em Limeira, dia 04/08 o 6º treinamento do CTF, e segue abaixo informações para inscrição no próximo treinamento que acontecerá em Jacareí:

Data: 15/09/2015
Local: CIESP Jacareí - Av. Dr. Antonio Ferreira Rizzini, 450 - Jacareí/SP
Contatos: (12) 3952-1600
comunicacao@ciespjacarei.org.br

Link de Inscrição:
http://apps.fiesp.net/fiesp/newsletter/2015/ciesp/ctf/jacarei-170715/treinamento-ctf-jacarei-170715.htm

União financia pesquisa no setor de recursos hídricos

O foco é o benefício da tecnologia voltado ao reuso de água

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o governo do Estado de São Paulo assinaram no começo do mês um convênio de R$ 60 milhões para financiar pesquisas relacionadas ao tratamento de água e esgoto pela Sabesp. A Fiesp esteve presente na cerimônia de assinatura do convênio.

O programa contará com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com foco em projetos de inovação em tecnologias de reutilização da água e redução do impacto ambiental das estações de tratamento. Outro ponto é a secagem do lodo gerado a partir do tratamento do esgoto e transformação dos resíduos do esgoto em energia, inclusive etanol.

A Fiesp há mais de uma década incentiva o reúso da água por meio de debates e oficinas, além de homenagear as empresas que adotam medidas efetivas na redução do consumo e do desperdício de água. Para isso, o Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água encontra-se em sua 10ª edição e, ao longo desses anos, contabilizaram-se 162 projetos por mais de 100 empresas de diversos segmentos e portes. Juntos, esses projetos geraram economia superior a 95 milhões de metros cúbicos de água por ano, com investimentos superiores a R$ 490 milhões. Até 2015, os 43 finalistas pouparam cerca de 43 milhões de metros cúbicos de água por ano.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp – editado.

Crise na indústria faz cair procura e preço de materiais recicláveis

A menor produção industrial reduziu a demanda pelos insumos fornecidos pelos catadores, derrubando os preços desse material. Dentre eles destaca-se a redução do preço da garrafa plástica (PET) – material de grande relevância entre os recicláveis, ao lado da latinha de alumínio. O preço do PET caiu de R$ 2,40 em junho de 2014 para R$ 1,25 em julho, com desvalorização de 48%. O que afetou os PETs foi principalmente a queda da demanda dos setores automotivo, têxtil e químico. O papelão também foi afetado pelo efeito cascata. O produto é insumo da fabricação de caixas, utilizadas pela indústria para embalar basicamente tudo: de alimento a celulares, eletrodomésticos a peças de automóveis.

As vendas de papelão ondulado recuaram 5,69% em maio, na comparação com o mesmo mês do ano passado, para 272.567 toneladas, segundo a associação do setor.

Fonte: http:// www1.folha.uol.com.br, consultado em 23 de julho de 2015 - editado.

Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica

A Secretaria do Meio Ambiente (SMA) lançou no dia 17 de julho o Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE), conforme previsto na Resolução SMA nº 32, de 3 de abril de 2014.

Trata-se de uma ferramenta para o cadastro obrigatório de, entre outros, projetos atrelados a exigências do licenciamento ambiental e de reparação de danos ambientais, bem como de projetos financiados com recursos públicos ou realizados em propriedades rurais dentro do Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme previsto na Lei nº 12.651/2012 que instituiu o novo Código Florestal.

A expectativa é de que, até 2019, sejam cadastrados no SARE mais de 300.000 hectares em restauração ecológica, contribuindo principalmente para a recuperação de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, além de áreas de uso restrito e de uso comum.

Fonte: http://www.ambiente.sp.gov.br/sare/

Modernização do Licenciamento Ambiental Municipal

No dia 1º de julho o GPMA – Grupo de Profissionais do Meio Ambiente do Ciesp SBC, recebeu a Engenheira Ambiental, Paula Ciminelli Ramalho, diretora do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental de São Bernardo do Campo, para falar sobre o projeto de Modernização do Licenciamento Ambiental Municipal. Paula Ciminelli explicou que o município é responsável pelo licenciamento ambiental das atividades de impacto local.

As principais mudanças são a simplificação na classificação dos empreendimentos, procedimentos e estudos para o licenciamento, a redução do valor de taxas e a simplificação na forma do cálculo.

"A ideia é que o licenciamento de algumas atividades seja feito em uma única fase, que levaria em torno de 20 dias. Porém atividades que mereçam uma atenção especial pelo procedimento convencional, aquelas com maior potencial poluidor, levarão mais tempo. O licenciamento ambiental de áreas de mananciais continua sendo feito pela CETESB." explicou.

Paula Ramalho também falou sobre os primeiros passos para se solicitar o licenciamento, sendo o primeiro verificar se a atividade está dentro da listagem da Prefeitura. Se estiver no âmbito municipal. o próximo passo será abrir um processo junto a rede fácil com os documentos exigidos. Com a documentação completa em mãos será feito pagamento da taxa de análise e haverá o encaminhamento do processo para a Secretaria, responsável pela avaliação do processo e emissão da licença.

Ela alertou, no entanto, que o licenciamento ambiental das empresa de autopeças é realizado pela Cetesb.

Conferência Global de Padrões de Sustentabilidade

23 de setembro de 2015

Inscrições: https://apps2.fiesp.com.br/sce/InscricaoEventos/asp/InscricaoEvento.asp?codigo=2187&mobile=

Fóruns Ambientais

Federais

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Rede de Recursos Hídricos
O DMA esteve presente na reunião para discussão dos aspectos da regulamentação da cobrança, que será tema da próxima reunião da Câmara Técnica de Cobrança do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e do reuso de água, além dos desdobramentos do seminário que tratou da alocação da água em bacias críticas.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Seminário sobre Outorga e Alocação de Água em Bacias Críticas
O DMA esteve presente no evento realizado no dia 07 de julho em Brasília/DF, que discutiu a alocação de água em bacias com restrição hídrica, com base na visão de especialistas, Comitês de Bacia e órgãos gestores.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Comissão de Estudo Especial de Resíduos de Serviços de Saúde (ABNT/CEE–129)
4ª reunião da ABNT/CEE–129, que está discutindo projeto de norma de logística reversa de medicamentos descartados pelo consumidor, realizada na Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES).

Comissão de Estudos ABNT:ISO 14001 – Requisitos com orientações para uso
Video conferencia realizada na sede da Fiesp para discussão da tradução da versão FDIS (Final Draft of Internacional Standard), último estágio antes da publicação da futura norma ISO 14001. A norma ISO deverá ser publicada em setembro de 2015, com expectativa de que a versão em português seja publicada concomitantemente.

Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE)

Departamento de Sustentabilidade
Em 3 de julho, o DMA participou da reunião do Departamento de Sustentabilidade da Abinee, quando foi apresentado o Guia de Produção e Consumo Sustentáveis: tendências e oportunidades para o setor de negócios, uma publicação elaborada pela FIESP em parceria com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

Estaduais

Conselho de Recursos Hídricos

Câmara Técnica da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos (CTCob)
O Grupo de Trabalho da CTCOB se reuniu durante o mês de julho, quando foram discutidas a aprovação do relatório de fundamentação para implantação da cobrança no Litoral Norte, bem como os procedimentos para elaboração de nova resolução relacionada a revisão da cobrança no Estado de São Paulo, com destaque a indicadores e avaliação de impactos no setor industrial e saneamento.

Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA)
A CT se reuniu para discutir a elaboração de relatório sobre a viabilidade do financiamento de pagamento por serviços ambientais (PSA) pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro). Na ocasião, o Instituto Oikos apresentou o Programa de pagamento de serviços ambientais - PSA Água Vale do Paraíba.

Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)
A CT se reuniu para apresentação da base de dados georreferenciados do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIGRH), bem como do Pacto Nacional pela Gestão de Águas (PROGESTÃO), que é um programa de incentivo financeiro, por meio de pagamentos por resultados, com o intuito de fortalecer a gestão das águas nos estados. Na oportunidade, também foram apreciados o Programa de Fomento para Redução de Demanda Hídrica, projeto do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI) 2015, plano de destinação dos recursos do PROGESTÃO e prorrogação da vigência dos PBHs para 2016.

Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga

Em reunião realizada em Ibiúna/SP, a SABESP apresentou o sistema para a implantação dos Depósitos de Material Excedente (DME) oriundos das obras de construção do Sistema Produtor São Lourenço, que reverterá água para região metropolitana de São Paulo.

Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos (Sigor)

Representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) se reuniram a fim de discutir sobre o funcionamento do Sigor, constando de itens relacionados à legislação básica, composição do módulo e estruturação do sistema. O Sigor é uma ferramenta de rastreamento de resíduos sólidos, desde sua geração até sua destinação final. Esse sistema está sendo implementado para os resíduos da construção civil e tem como próximo objetivo os resíduos sólidos industriais perigosos.

Grupo Técnico Multidisciplinar Agroquímicos e Transgênicos APA – Corumbataí, Botucatu e Tejupá – Perímetro Botucatu (GT – APA/Botucatu)

O GT-APA/Botucatu se reuniu durante o mês de julho para elaboração do Regimento Interno do grupo e do Plano de Trabalho.

Área de Proteção Ambiental - APA Piracantareira

4ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor Unificado das APAS Piracicaba/Juqueri-Mirim Área II, Sistema Cantareira e Represa Bairro da Usina, realizada em Atibaia/SP, onde foi entregue o Plano de Manejo. Na ocasião ainda iniciaram-se as discussões relativas à elaboração dos programas do Plano de Manejo das APAs Piracantareira e também ocorreu a apresentação dos Estudos Ambientais do empreendimento de distribuição de energia que passará pelo território das APAs.

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Reunião Plenária
Em 21 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada em São Paulo/SP. Na ocasião, ocorreram as apresentações referentes ao panorama da Agenda Paulista de Mudanças Climáticas – COP 21 (Conferência das Parte) e sobre a Serra do Mar e o Enfrentamento dos Recorrentes Eventos Extremos.

Audiência Pública
Em 23 de julho, o DMA em conjunto com a diretoria e associados dos Ciesp de Presidente Prudente e Marilia participaram de audiência pública realizada em Adamantina/SP, sobre o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referente à Instalação da Central de tratamento e destinação de resíduos – CTDR Adamantina de responsabilidade da empresa TCL – Tecnologias e Construções.

Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO)

2º Reunião Extraordinária
O DMA, como membro conselheiro, participou da reunião na qual foram deliberadas as propostas de alterações no Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do Fehidro para Custeio e Investimentos, bem como aprovadas as alterações no Plano de Aplicação de Recursos do Fehidro para 2015 e as propostas orçamentárias para o ano de 2016 e para o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

Municipais

Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Marília

Reunião do Conselho para elaboração do Código Municipal de Zoonoses, que aborda a questão dos animais domésticos, silvestres e de companhia, seu trato, cuidados e interface com a saúde humana. Tambem foi deliberado o envio de ofícios ao chefe do executivo pedindo informações sobre a paralização da obra de tratamento do esgoto e a ausência de nomeação de secretário municipal do meio ambiente.

Câmara Municipal de São Paulo

O DMA esteve presente na sessão Solene da Câmara Municipal de São Paulo, que por iniciativa do Vereador Police Neto, homenageou os 150 anos da BASF. O evento contou com a participação do Consul da Alemanha em São Paulo e diversas personalidades do setor empresarial e governamental.

Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

Reunião para apresentação sobre manejo da vegetação na cidade de São Paulo: supressão e compensação. Na ocasião, também foi comunicado que os "Colóquios Sulamericanos sobre Cidades Metropolitanas – MSUR, acerca do tema Ecossistemas Urbanos e Sustentabilidade" ocorrerão em São Paulo, em data a ser confirmada.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp)

Ribeirão Preto

Palestra Impactos Empresariais da Crise Hídrica
Palestra realizada sobre os "Impacto Empresariais da Crise Hídrica", onde foi tratada a sistemática de Gestão dos Recursos Hídricos adotada no Brasil e como Ciesp/Fiesp têm atuado nos Comitês de Bacias Hidrográficas. No evento também foi abordado o início da cobrança pelo CBH-Pardo em relação ao uso da água para fins industriais.

Americana e Nova Odessa

O DMA participou durante o mês de julho de encontros com empresários, sindicatos do setor têxtil e órgãos públicos visando apoiar os associados quanto ao licenciamento ambiental das unidades fabris e avanços em convênio com poder público para tratamento dos efluentes do processo produtivo no município de Americana.

Alta Paulista

Em reunião com Diretor Regional do Ciesp Alta Paulista em Marília/SP, foi discutida a realização da audiência pública em Adamantina/SP, sobre a construção de uma central de recepção e tratamento de resíduos urbanos e industrial classe I, IIA e IIB.

Reunião da Diretoria Regional do Ciesp Alta Paulista em Marília/SP, quando foi apresentado a Resolução da SMA nº45/2015 que trata das novas alterações sobre Logística Reversa.Também foi informado sobre a realização da audiência pública em Adamantina referente à Central de Tratamento de Resíduos Industriais.

Grupos de Meio Ambiente (GMA) do Ciesp

Santa Bárbara

O Grupo de Meio Ambiente da DR CIESP/Santa Bárbara realizou a 2º reunião do GMA, onde foram discutidos os informes ambientais do mês, atuação nas bacias PCJ, diagnóstico local das ações ambientais dos associados e eventos para o segundo semestre.

São João da Boa Vista

O DMA esteve na reunião do GMA realizada no Ciesp de São João da Boa Vista/SP, para definição do calendário e do plano de trabalho das próximas reuniões.

Presidente Prudente

A Resolução SMA nº 45/2015, que trata das modificações ocorridas na política estadual de meio ambiente no quesito pós-consumo/logística reversa, foi pauta da reunião do Grupo, que teve por objetivo analisar as implicações que a legislação trará ao setor produtivo.

Botucatu

O DMA participou da reunião na qual foi apresentada a nova Resolução SMA nº 45/2015, que trata das novas adequações/mudanças no processo de Logística Reversa, responsabilidade pós consumo exigida na lei federal e estadual de gestão de resíduos sólidos.

Limeira

O Grupo de Meio Ambiente da DR Limeira realizou reunião para discussão sobre a resolução SMA nº 45/15, que trata de logística reversa. Os profissionais indicaram como as empresas estão tratando do assunto, mediante o descarte correto e obrigatório junto aos fornecedores, fabricantes, importadores entre outros envolvidos na cadeia de produção, distribuição e venda dos produtos. Os membros do grupo também realizaram visita técnica no aterro sanitário de Limeira.

Campinas

O Grupo de Meio Ambiente da DR Campinas realizou reunião para discussões sobre a situação do abastecimento na Região Metropolitana de Campinas e a resolução SMA nº 45/15, que trata de logística reversa no estado de São Paulo.

Outras reuniões

Associação Brasileira da Indústria do Alumínio (ABAL)
O DMA ministrou palestra contendo esclarecimentos sobre o atual estágio de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Resolução SMA nº 45/2015, do Estado de São Paulo, para representantes de empresas associadas da Associação Brasileira da Indústria do Alumínio (ABAL).

Comitês de bacias hidrográficas

Federais

Comitê para Integração do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP)

Grupo de Trabalho de Operações Hidráulicas (GT-OH)
O DMA participou, por intermédio de videoconferência, da reunião na qual discutiu-se a operação do sistema integrado e o atendimento às novas regras que preveem a redução de vazão em Santa Cecília.

1º Reunião Extraordinária conjunta da Câmara Técnica Consultiva (CTC) e Grupo de Trabalho de Articulação Institucional (GTAI)
O DMA coordenou a reunião da câmara realizada em Resende/RJ, em que analisaram-se os relatórios referentes à revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul: RP 07 e RP 08 – Prognóstico, bem como discutido a proposta elaborada pela consultoria COHIDRO referente às diretrizes para o enquadramento. Sobre o tema, foi realizado apresentação abordando os aspectos legais e operacionais do enquadramento.

Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ)

Reunião Extraordinária da Câmara Técnica da Indústria (CT-Ind)
A CT-Ind se reuniu para elaborar as propostas do segmento industrial em relação às regras de operação que constarão na deliberação dos Comitês PCJ em vista da renovação da outorga do sistema Cantareira, que está em discussão neste CBH. As considerações da CT-Ind incluem: a renovação da outorga com mecanismo de revisão em 5 anos, vazão média anual de 10m3/s a jusante do sistema equivalente, construção de novas obras hidráulicas para ampliação da segurança hídrica e a inclusão de mais um barramento, o Paiva Castro, no cálculo de reservação do sistema equivalente, que hoje é constituído pelos barramentos do Jaguari/Jacarei, Cachoeira e Atibainha.
Durante o mês de julho, a CT-Ind, coordenada pelo CIESP/Campinas, realizou reuniões com parceiros e organismos públicos com vistas a busca de recursos para proposta de estudo de águas subterrâneas que tem por objetivo aprofundar informações de disponibilidade como alternativa de contingência para a crise hídrica.

Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL)
Em reunião realizada em Atibaia/SP, foram apresentados os dados de qualidade e tributários dos Rios Atibaia e Piracicaba, que serão utilizados nos estudos para atualização do enquadramento dos corpos d'água. Na mesma oportunidade, foi apresentada a Portaria DAEE 761/2015, que estabelece as condições e os procedimentos para monitoramento dos usos de recursos hídricos e respectiva declaração ao DAEE, a serem adotados pelos usuários de recursos hídricos superficiais estaduais, localizados na área de abrangência da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 50/2015.

Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)
Em reunião do Grupo de Trabalho - Outorga do Sistema Cantareira da CT-MH, o DMA participou da elaboração de posicionamento acerca das condições para a nova outorga do Sistema Cantareira, que irá vencer em outubro/2015. Em seu posicionamento, o DMA destacou que a garantia mínima de segurança hídrica para o setor industrial é condição fundamental para a manutenção do atual parque produtivo e sua capacidade de atração de investimentos/ampliações. Nesse sentido, há necessidade de um aumento da oferta hídrica da bacia e intensificação

de mecanismos de operação que permitam transparência e autonomia das regiões envolvidas, considerando o aumento de vazões para as bacias PCJ, revisões ordinárias, início de obras hidráulicas. A câmara também analisou os níveis de abastecimento da região e as perspectivas para o período de estiagem.

Seminário para Apresentação dos Dados de Referência acerca da renovação da outorga do Sistema Cantareira
O evento contou com apresentações da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), que demonstraram históricos de afluências, descargas PCJ e transferências para a região metropolitana de São Paulo (RMSP). Na ocasião, evidenciou-se a necessidade de revisão nos atuais mecanismos de gerenciamento do Sistema Cantareira permitindo autonomia das regiões do Alto Tietê e PCJ e, principalmente, ampliação da segurança hídrica, com destaque ao setor industrial.

2ª Reunião Intercâmaras sobre Renovação de Outorga do Sistema Cantareira
Em 17 de julho, todas as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, apresentaram suas manifestações e contribuições acerca do posicionamento na renovação da outorga do Sistema Cantareira a ser encaminhada aos organismos gestores até agosto/2015. A Câmara Técnica da Indústria defendeu vazões progressivas para a região PCJ, assim como garantia da construção e obras hidráulicas que irão permitir ampliação da segurança hídrica.

Grupo de Trabalho - Outorga do Sistema Cantareira
Reunião para elaboração de proposta de redação sobre o posicionamento das bacias PCJ acerca da renovação da outorga do Sistema Cantareira. Na oportunidade foram agrupadas as propostas de todas as Câmaras Técnicas apresentadas na última reunião intercâmaras.

Câmara Técnica de Planejamento
Reunião ordinária da câmara para discussão sobre a distribuição de recursos da cobrança para projetos e apreciação da minuta de proposta dos Comitês PCJ referente à renovação da outorga do Sistema Cantareira.

Estado de Alerta por baixas vazões no Rio Atibaia na Região Metropolitana de Campinas
Entre os dias 20 a 26 de julho os trechos do rio Atibaia, principal manancial hídrico da região metropolitana de Campinas apresentou vazões em estado de alerta. O DMA acompanhou diariamente os níveis e vazões e prestou apoio técnico/jurídico/institucional aos usuários do setor industrial na busca de ações de contingência.

Rio Grande (CBH-Grande)

Grupo Técnico de elaboração do Plano Integrado (GT Plano)
Reunião do GT Plano realizada em Ribeirão Preto/SP, para a análise de notas técnicas do diagnóstico preliminar do Plano Integrado do CBH Grande.

Paranapanema (CBH-Paranapanema)

Reunião Preparatória da Plenária
O DMA participou da reunião preparatória para a plenária do CBH-Paranapanema realizada em Assis/SP. Nessa reunião, foi discutido e aprovado o plano de trabalho da empresa que venceu a licitação para elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia.

Reunião Plenária
Reunião da Plenária do CBH - Paranapanema, para aprovação da agenda de trabalho; do Plano Integrado dos Recursos Hídricos pela empresa contratada e também deliberação sobre o processo eleitoral para o novo biênio 2016/2017.

Estaduais

Sapucaí Mirim e Grande (CBH-SMG)

O DMA esteve presente na 1ª Reunião do Grupo de Trabalho que revisará o Estatuto do CBH-SMG, realizada na Secretaria Executiva em Franca/SP.
Na 52ª Reunião Plenária Ordinária deste CBH foi aprovada a transferência de saldo de recursos de investimento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para realização do XI Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos, bem como dos empreendimentos que pleiteiam investimentos ao Fehidro com recursos do orçamento de 2015

Pontal do Paranapanema (CBH-PP)

Na reunião plenária, realizada em Euclides da Cunha Paulista/SP, foram aprovados os empreendimentos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015, bem como o plano de investimento para os próximos anos, de acordo com o Plano de Bacia.

Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)

Reunião Ordinária
Os pleitos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015, bem como a implantação do "Loteamento Residencial Estância Ayres" no município de Piedade/SP, foram aprovados em reunião ordinária realizada em Botucatu/SP.

2ª Reunião Extraordinária da Fundação Agência de Bacia do Sorocaba e Médio Tietê
O DMA participou de reunião onde foi exposto o plano para contratação de recursos humanos para o funcionamento da FABH-SMT. Na oportunidade, foram apresentados o relatório e prestação de contas das atividades da FABH-SMT referente ao ano de 2014, bem como o acompanhamento da arrecadação dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia.
Unidade de Acompanhamento do Plano de Bacia (UGP)
O DMA participou de reunião onde foram apresentadas as normas para elaboração do relatório de situação e formatado o termo de referência (TR), que visa a contratação da empresa que fará o Plano de Bacia. Referente ao TR, o DMA pediu a inclusão de um artigo que explicite a legislação de recursos hídricos e ambiental,

assim como a consolidação dos dados quali/quantitativos que são oriundos dos órgãos gestores DAEE e CETESB.

Alto Tietê (CBH-AT)

Câmara Técnica de Gestão de Investimentos (CT-GI)
A CT-GI se reuniu durante o mês de julho para conclusão dos trabalhos de hierarquização dos empreendimentos habilitados a receberem recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015.

Grupo de Trabalho Outorga do Sistema Cantareira
O GT se reuniu durante o mês de julho para discutir sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, a fim de analisar os dados e informações atuais sobre a situação dos reservatórios que abastecem a região Metropolitana de São Paulo visando iniciar a elaboração de uma minuta de proposta da manifestação sobre a revisão da outorga.

Reunião Plenária
Reunião plenária do CBH-AT, na qual a Sabesp apresentou informações sobre o andamento das obras e ações emergenciais anunciadas para enfrentamento da crise hídrica. Por consenso da plenária, foi solicitado a Sabesp maiores informações referente aos custos de execução das obras e as licenças ambientais pertinentes, que não foram abordadas na apresentação.

Conselho Deliberativo da Fundação Agência de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (FABHAT)
Reunião para apreciação e deliberação do relatório de diretoria e da prestação de contas da Fabhat, referente ao ano de 2014. Na ocasião, também houve a posse do novo conselho deliberativo – Biênio 2015/2017 e eleição do Presidente do Conselho Deliberativo da Agência.

Tietê Batalha (CBH-TB)

Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas
As Câmaras Técnicas do CBH-TB se reuniram em Novo Horizonte/SP para análise da etapa de diagnóstico do Plano de Bacia.

Grupo Técnico do Plano de Bacia (GT-Plano)
O DMA participou da reunião do GT realizada em Novo Horizonte/SP, quando a empresa VM Engenharia de Recursos Hídricos apresentou o resultado da reunião das Câmaras Técnicas do CBH-TB. Na ocasião também discutiu-se a priorização das atividades que irão compor o plano de ações do Plano de Bacia.

Alto Paranapanema (CBH-ALPA)

Seminário Cultura Irrigada
O DMA participou do Seminário de Cultura Irrigada em Itapetininga/SP, promovido pela Associação do Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio na Palha (ASPIPP) e CBH-Alpa, onde foram discutidas as novas alternativas e medidas para a gestão dos recursos hídricos na agricultura irrigada.

Turvo/Grande (CBH-TG)

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas e Usos Múltiplos
A CT se reuniu em São José do Rio Preto/SP, para discussão da consistência dos dados preliminares que subsidiarão a elaboração do diagnóstico da bacia, destacando as informações apresentadas sobre as redes de monitoramento existentes.

Legislação Ambiental

Diplomas Legais recentes

Federal

Resolução Conama nº. 467, de 16 de julho de 2015
Dispõe sobre critérios para a autorização de uso de produtos ou de agentes de processos físicos, químicos ou biológicos para o controle de organismos ou contaminantes em corpos hídricos superficiais e dá outras providências.

Portaria MMA nº. 314, de 30 de junho de 2015
Define o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) de 2016.

Portaria Inmetro nº. 225, de 16 de julho de 2015
Aprova os requisitos de avaliação da conformidade da sustentabilidade do processo produtivo de couro.

Instrução Normativa Ibama nº 112, de 21 de julho de 2015
Altera os arts. 69 e 70 da Instrução Normativa nº 21, de 24/12/14, que institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor).

Instrução Normativa MMA nº 2, de 10 de julho de 2015
Estabelece que a supressão de vegetação e a captura, o transporte, o armazenamento, a guarda e manejo de espécimes da fauna, no âmbito do licenciamento ambiental de que trata o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31/8/81, e a supressão de vegetação em caso de uso alternativo do solo conforme definido pelo inciso VI, do art. 3º, da Lei nº 12.651, de 25/5/12, que envolvam espécies constantes das Listas Nacionais Oficiais de espécies da Flora e da Fauna Ameaçadas de Extinção, publicadas por meio das Portarias nº 443, 444 e 445, de 17/12/14, atenderá ao disposto nesta Instrução Normativa.

Instrução Normativa conjunta MAPA/ANVS/Ibama nº 11, de 30 de junho de 2015
Estabelecer critérios e procedimentos para registro de agrotóxicos, seus componentes e afins para uso em emergências sanitárias ou ambientais.

Projetos de lei (PL)

PLS nº. 405/2015 - Altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28/12/89, altera o art. 17 e inclui o art. 17-A, ambos da Lei nº 9.648 de 28/5/98, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico.

PL nº. 2.427/2015 - Dispõe sobre incentivos para aumentar a reutilização de recursos hídricos no País.

PL nº. 2.426/2015 - Dispõe sobre diretrizes para a instituição do programa de coleta seletiva contínua de resíduos eletrônicos e tecnológicos, e dá outras providências.

PL nº. 2.414/2015 - Altera o art. 54 da Lei nº 9.605, de 12/2/98, para majorar as penas relativas à poluição de rios.

PL nº. 2.410/2015 - Faculta ao produtor rural a dedução, no valor do imposto de renda, de valor retributivo à adoção de tecnologias e boas práticas produtivas conciliadas com as exigências ambientais.

PL nº. 2.358/2015 - Torna obrigatório a medição individual de consumo de água, energia elétrica e gás canalizado em edificações residenciais e comerciais de caráter condominial.

PL nº. 2.337/2015 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre produtos usualmente empregados na fabricação e instalação de sistemas de captação e armazenamento de águas pluviais.

PL nº. 2.320/2015 - Altera a Lei nº 12.858, de 9/9/13, para destinar receitas petrolíferas para a área de meio ambiente.

PL nº. 2.304/2015 - Dá nova redação ao art.18 da Lei nº 12.651, de 25/5/12, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

PL nº. 2.297/2015 - Desonera equipamentos destinados à filtragem, tratamento ou reuso de água salobra ou pluvial do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), nos termos de especifica

PL nº. 2.292/2015 - Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar a logística reversa de veículos automotores.

PL nº. 2.289/2015 - Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2/8/10.

PL nº. 2.245/2015 - Altera a Lei nº 9.433, de 8/1/97, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes.

PL nº. 2.222/2015 - Altera a Lei n.º 11.445, de 5/1/07, para estimular o descarte adequado de resíduos sólidos por meio de desconto na conta de esgoto residencial da pessoa física; e a Lei nº 12.305, de 2/8/10, para incluir a obrigatoriedade de logística reversa de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal usados.

Estadual (SP)

Decreto nº 61.347, de 6 de julho de 2015
Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, dos usuários urbanos e industriais, nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos Aguapeí e Peixe.

Decreto nº 61.346, de 6 de julho de 2015
Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Turvo/Grande.

Decisão Cetesb nº 167C, de 13 de julho de 2015
Estabelece "Procedimento para a Elaboração dos Laudos de Fauna Silvestre para Fins de Licenciamento Ambiental e/ou Autorização para Supressão de Vegetação Nativa", e dá outras providências.

Projetos de lei (PL)

PL 1070/2015 - Dispõe sobre a instalação de sistemas de conservação e uso racional da água nos edifícios públicos do Estado.

PL 1068/2015 - Dispõe sobre o plantio obrigatório de árvores em novos empreendimentos imobiliários, públicos ou privados, comerciais ou industriais no Estado.

PL 1066/2015 - Torna obrigatória a inclusão na grade curricular das escolas do Ensino Médio e Fundamental do Estado matéria específica denominada "Uso Racional da Água".

PL 1043/2015 - Dispõe sobre obrigatoriedade da rotulação destinada a informar os consumidores sobre a presença de organismos geneticamente modificados em alimentos comercializados no Estado.

PRAZOS PARA O XIII DIÁLOGO:
Realização do Evento: 01/09/2015 à 03/09/2015
Inscrições de Participações: até 23/08/2015
Inscrições de Trabalhos: até 10/08/2015
Inscrição no Concurso de Fotografia: até 23/08/2015

O Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos será realizado do dia 1º a 3 de setembro, em São Pedro/SP e terá como tema "Água e Desenvolvimento Sustentável" – o mesmo adotado pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) para o Dia da Água.
O evento é organizado pela Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CTEM/CNRH), vinculada às diretrizes e prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).
Um dos objetivos do Encontro é criar diálogo e trocar experiências para formular e implementar estratégias de educação ambiental e em outras áreas, além de fortalecer a rede de educadores ambientais, comunicadores e ativistas que atuam na gestão hídrica do país.
As inscrições já estão abertas para participação, apresentação de trabalhos ou concurso de fotografia.

Calendário de obrigações ambientais

Obrigações que devem ser cumpridas em agosto:

Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa

A quem se aplica: Os empreendimentos que desenvolvem atividades que constam no art. 3º da Decisão de Diretoria CETESB Nº 254/12 deverão encaminhar o inventário de emissões de gases de efeito estufa em meio eletrônico para a CETESB.

Como fazer: Os resultados, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2014, devem ser apresentados conforme disposto no Anexo Único da referida decisão de diretoria com memórias de cálculo em planilhas abertas, entre o período de 1º de setembro até 31 de outubro.

Consulta pública

Já está disponível para consulta pública os Relatórios de Referência:

Uso da Terra, Mudanças do Uso da Terra e Florestas (2008-2011)

Emissões de Gases de Efeito Estufa no Refino e Transporte de Óleo e Derivados

Disponível em: http://inventariogeesp.cetesb.sp.gov.br/consulta-publica-aberta/

Cobrança pelo uso da Água

Ato Convocatório para a Implantação da Cobrança pelo uso da Água

Todos os usuários outorgados de água devem confirmar e/ou alterar os dados relacionados aos seus usos (captação, consumo e lançamento) para efeito de cálculo dos valores correspondentes e respectiva emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água nas Bacias relacionadas abaixo:

Baixo Pardo/Grande - de 03/08/2015 a 03/11/2015
Mogi-Guaçu - de 03/08/2015 a 03/11/2015
Pardo - de 22/06/2015 a 22/09/2015
Sapucaí-Mirim/Grande - de 03/08/2015 a 03/11/2015

Maiores informações: http://www.atoconvocatorio.daee.sp.gov.br

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal.
Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br
Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.